

# Boas perspectivas para o Brasil

por Celso Pinto  
de Brasília

Os grandes bancos norte-americanos estão dispostos a fazer substanciais concessões ao México e ao Brasil na próxima rodada de negociações. Na descrição de uma fonte qualificada, com acesso à direção destas instituições, estas vantagens podem incluir prazos e carências bem mais dilatadas, forte redução ou mesmo eliminação do "spread" (taxa cobrada acima dos juros básicos), "pacotes" que envolvem as necessidades de recursos para três anos e alguma forma de capitalização dos juros.

Pelo menos quatro entre os maiores bancos norte-americanos, disse a fonte a este jornal, depois de consultá-los, estariam dispostos a aceitar estas idéias. Algumas medidas nesta direção já foram anunciadas, para o México, ao final da reunião dos bancos, do FMI e do Federal Reserve Board (Fed), em Filadélfia, nesta semana. A extensão do benefício ao Brasil, outro país que cumpriu com sucesso o programa do FMI, é tida como certa.

A negociação com o Bra-

sil, na expectativa dos bancos, deverá amadurecer apenas em novembro, ou até mais tarde, e não em setembro ou outubro como se vinha afirmando. Quanto mais dilatado no tempo, maior a chance de o acerto dos bancos com o Brasil acontecer já com o nome do próximo presidente da República virtualmente definido. A fonte insinuou que esta condição é importante.

Não há uma definição precisa sobre o prazo e a carência para os próximos empréstimos, mas o princípio é fixá-los em bases mais generosas do que na rodada de 1984. Há algumas informações de que ele poderia ficar entre dez e quinze anos para o México.

O "spread" poderia ser substancialmente reduzido (na última rodada, o Brasil pagou 2% de "spread" sobre a taxa básica londrina "Libor" e 1,75% sobre os juros preferenciais norte-americanos, a "prime"). Há, entre os maiores bancos norte-americanos, pelo menos um que defende a idéia de simplesmente eliminar-se o "spread", mas isto não é, por enquanto, consenso. Também ain-

da está em aberto a discussão se esta redução, ou eliminação, do "spread" deveria incidir apenas sobre os novos empréstimos ou poderia ter efeito retroativo para o estoque da dívida ou parte dela.

A outra concessão diz respeito ao alcance da negociação. Em Filadélfia, disse a fonte, fixou-se a idéia de discutir "pacotes" que envolvam três anos, e não apenas 1985. Esta é uma das razões pelas quais seria importante para os bancos conhecer o perfil do próximo presidente antes de assinar um acordo com o Brasil.

Quanto à capitalização dos juros, a fonte assegura que os grandes bancos norte-americanos, que resistiam a esta idéia, estão bem mais flexíveis e devem chegar a uma fórmula nesta direção. Existem, segundo esta fonte, pelo menos "cinco ou seis fórmulas" para se capitalizar parcialmente os juros sem ser necessária uma mudança na legislação bancária nem implicar, para os bancos, uma desastrosa contabilização de prejuízo. Uma coisa é certa: nenhuma iniciativa que dependa de um projeto do Executivo e da aprovação do Legislativo é viável. Há uma séria resistência política a medidas que possam ser interpretadas como ajuda aos bancos norte-americanos, e isto é especialmente delicado neste ano eleitoral.

É evidente que o anúncio desta disposição mais flexível dos bancos foi precipitado pelo movimento de união de devedores latino-americanos. Os bancos, tanto quanto o governo norte-americano, querem continuar negociando individualmente com os países e premiando apenas aqueles que se submeteram às rígidas regras do FMI. O aceno com estas vantagens tornou-se ainda mais importante às vésperas da reunião dos devedores em Cartagena, nos próximos dias 21 e 22.

As condições mais vantajosas dos bancos, no entanto, não são uma garantia de superação da fase mais dramática da retração econômica interna. As projeções do governo brasileiro indicam a possibilidade de um crescimento de pelo menos 3% no próximo ano, e algo em torno de 5% anuais até o final da década. Para a fonte, contudo, a expectativa para 1985 deve ser, ainda, de crescimento zero do PIB. As projeções dos bancos, por sua vez, prevêem um espaço de crescimento em torno de 3% anuais até 1990. A razão para as discrepâncias é simples: cada uma das projeções parte de uma estimativa diferente para o déficit em transações correntes e, portanto, para o montante necessário de recursos em "dinheiro novo" a cada ano. Os bancos querem ver este déficit zerado em 1987. O Brasil, apenas na próxima década — a única forma de se garantir os 5% de crescimento médio anual.